
4 – O CAMPEPINATO AMAZÔNICO-ACREANO

O campesinato seguiu seu caminho, totalmente ignorante de que constituía um fastio intelectual (SHANIN, 1979, p. 215).

4.1 Instigando a reflexão

Muito se tem falado das lutas e movimentos sociais agrários, na Amazônia-acreana, porém pouco se tem atentado para identificar e localizar os sujeitos que produzem tais dinâmicas nesta realidade vivida, no âmbito de uma sociedade de classes. Nesta parte, como fechamento da “delimitação da pesquisa”, iniciaremos uma reflexão para compreender tais situações considerando, então, como estes *sujeitos sociais* portadores de uma *agrariabilidade* regionalmente formada, colocam-se no âmbito das lutas e da sociedade em geral.

Seriam estas lutas camponesas manifestações de classe social distinta? Como localizá-los no tempo e no espaço da produção espaço regional? Vejamos mais.

A realidade agrária amazônica-acreana se formou historicamente a partir do posicionamento de classes sociais que se constituíram no âmbito dos processos de mobilidade do trabalho e do capital, no conjunto da formação socioespacial da frente pioneira extrativista. Esta formação se deu por dinâmicas conflituosas que denotam a condição de sujeitos antagônicos que se confrontavam: seringalistas *versus* seringueiros, proprietários fundiários *versus* posseiros. Na prática isso já territorializava como *terra de trabalho versus terra de negócio* (Cf. MARTINS, 1991), nos finais do século XIX e princípio do século XX. Portanto, compreender esta dinâmica conflituosa, torna-se uma questão reveladora dessa realidade.

Ao analisar a questão da constituição de uma categoria social, temos que compreender a relevância dos conceitos que aplicamos. A validade de um conceito vincula-se a sua pertinência na compreensão e reflexão da realidade a partir do conteúdo e do objeto pesquisado. Nesse sentido, entendemos que o campesinato amazônico-acreano reflete a realidade socioespacial agrária com uma significância atual, mas que deve ser revista a partir de sua formação processual. Daí, então, ser necessária a fixação de algumas bases conceituais sobre sua localização no âmbito da realidade social produzida.

Normalmente, num olhar mais crítico sobre a sociedade em que vivemos, e tendo como referência a literatura marxista, a complexidade social é formada por três grandes classes: capitalistas, proletários (assalariados), e proprietários de terra (MARX, 1988, p. 297,

Vol. V). Nesse sentido, a classe social define-se como conjunto de agentes sociais e econômicos determinados, especialmente em posição antagônica, uma em relação à outra. Assim, caracterizam-se pela sua localização no processo de produção, ou melhor, na esfera econômica. **Marx** (id. Ibid), todavia, vê a sociedade composta por classes que se colocam concretamente na realidade. Mas qual a condição da classe existir? Estaria aí a base de ser da classe “em si” (expressão social de “identidade e fontes de rendimentos”), mas com consciência “para si” (consciência de classe) como produto de um processo de construção histórica da identidade e materialmente concebível na realidade.

Mas e o campesinato, onde fica? Vejamos, no “18 Brumário de Luis Bonaparte”, na famosa crítica, a conduta política do campesinato – o “saco de batatas” –, **Marx** (1968, p.132), refere-se aos camponeses como “classe mais numerosa da França”. O interessante é que aqui reconhece a identidade “em si” da classe: “os pequenos camponeses constituem uma imensa massa cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si”. Isto significa que a classe é uma concreticidade, mas o autor não vê a consciência como processo que solda suas ações.

Outra situação na literatura marxista para refletirmos sobre a questão das classes em Marx nos é dada por **Gurvitch e Courtin** (1969, p. 65):

Lembro que numa obra escrita em colaboração com Engels, a *Revolução e a contra-revolução na Alemanha*, Marx enumera nada menos do que oito classes sociais, dentre as quais cinco são classes rurais: o grande proprietário, o grande e médio campesinato, o pequeno campesinato, o campesinato servil e finalmente os operários agrícolas. Somente três classes são urbanas: burguesia, pequena burguesia e proletariado. Alguns meses depois, o mesmo Marx escreveu uma obra sobre as lutas de classes na França onde não distingue mais oito classes, mas somente sete, entre estas figurando uma classe única que se chama a classe camponesa; todas as outras classes são urbanas: classe financeira (banco), classe da grande burguesia industrial, classe comerciante (lojas), pequena burguesia, proletariado e subproletariado. Uma única classe camponesa na França? Será uma contradição? É mais um reconhecimento implícito de um fato de certa importância para os dois países: na França e na Alemanha na mesma época, as estruturas sociais não sendo as mesmas, o problema de classes se coloca de uma maneira diferente.

Ora! Tomando a busca da materialidade composta pelas relações diversas, mas exclusivas que determinam a classe, sob este pressupostos, esta expressa uma identidade social e numa correlação de atributos às fontes produtivas e de rendimentos dos sujeitos

sociais, ou seja, sua inserção no processo produtivo. Há também uma questão referente ao processo histórico que se mostra diferente nos lugares, tal qual da sociedade em que está inserido, como p.e. na primeira situação houve uma maior diferenciação socioeconômica entre o campesinato, já na segunda isso ocorre entre a burguesia. Nisto queremos mostrar que na própria apreensão da classe, além de sua inserção no processo produtivo, esta deve ser considerada na lógica de sua localização no tempo e no espaço, a que referimos. Contudo, nas considerações dos **referidos autores** (id. ibid), podemos notar que a referência às classes mantém uma formação lógica expressa nos diversos escritos de Marx (em momento diversos de sua vida) que é: proprietário, capitalista (classe financeira), campesinato e proletário (operário). Isto apresenta um melhor desenho das classes fundamentais explicita em Marx.

Ainda nestes clássicos, **Lênin** (1979, p. 9), quando traça o perfil conservador do campesinato, refere-se a esse como *classe* nos seguintes termos: “as relações do regime da servidão estão no campo terrivelmente entrelaçadas com as relações burguesas, e os camponeses (os pequenos agricultores), como classe da sociedade burguesa, são um elemento muito mais conservador do que revolucionário”. Lênin, também em sua obra, irá fazer uma diferenciação dos grupos camponeses (ricos, médios e pobres), vendo-os numa ótica de uma classe fadada à extinção; nisto claramente há uma perspectiva de ver a constituição de classe a luz do projeto político revolucionário em que o proletariado urbano estaria na vanguarda do processo.

Cabe salientarmos que com isso não estamos preocupados em buscar raízes marxistas ao campesinato, mas mostrar a condição de classe que era dada ao campesinato em algumas das fontes fundamentais desta compreensão do campo. Assim, antes de querer entender onde caberia então estes sujeitos sociais na “tríade estrutural” tradicionalmente mencionada, torna-se necessário compreender esta diversidade de posições que está na raiz das discussões sob esta perspectiva teórica. Na realidade, o camponês tinha uma situação indefinida, podendo ser visto tanto como parte da classe trabalhadora como dos proprietários de terra, pois ele incorpora esta dupla condição social (e não produza a mais-valia). Apesar disso ser visto na posição destes autores, tanto em Marx como em Lênin vemos uma compreensão de outra classe distinta contida na realidade; e mesmo quando tratado sob diversas especificidades, como por **Gurvitch e Courtin** (1969), o campesinato é salutarmente colocado como uma *classe*, no âmbito da realidade vivida¹. Daí, vemos que tanto em Marx

¹ - Na verdade, a condição de existência da classe camponesa precede às demais. Na essência o proletário foi um camponês destituído de seus meio de produção pelo capitalismo, que apreendeu a conviver noutras condições existenciais. Esperava-se que este processo destuidor da classe camponesa fosse avassalador; mas não foi.

como em Lênin, o campesinato é compreendido, como explicou **Almeida** (2003, p.91 – referindo-se a Marx), como “classe em si” (nisso a autora compreende a classe numa realidade objetiva), e não decretou sua impossibilidade histórica como classe “para si” (sob esta perspectiva a autora explica que a classe se manifesta concretamente como realidade objetiva e subjetiva sob a *consciência de classe*²).

Mas então a *classe em si* poderá existir sem consciência de classe (*classe para si*)? Não. Então **Almeida** (id. ibid., p. 360-1) referindo a Thompson explica que isto seria um “interpretação destituída de significado”, anulando “a classe como categoria histórica, construída ao longo do tempo pela regularidade de respostas das pessoas em situações análogas”, pois é no decorrer deste “processo que se descobrem a si mesmas como uma classe, vindo a desvendar a consciência de classe”. A consciência em si da classe é fruto do processo que está implícito na sua própria formação. Isto, pois a consciência não é uma etapa superior da classe, ela é parte da construção histórica da classe na expressão de sua identidade.

Estamos, portanto, concebendo o campesinato como classe com consciência de classe. No entanto, uma consciência de classe que se expressa por meio da ambigüidade em virtude de que o camponês vive uma dupla e contraditória situação: é proprietário e trabalhador. Essa ambigüidade, no entanto, não representa um fim em si mesmo, não é o final da história. A permanência de traços conservadores e também radicais na ação do campesinato abre possibilidades para a luta anticapitalista quando este se vê claramente numa situação de oposição ao capital (ALMEIDA, 2003, P. 361).

Mas o que são as classes? Além do que vimos tratando, podemos vê-las como “camadas da sociedade” que podem ser apreendidas em suas dinâmicas, configurando-se em diversos níveis adjacentes, porém antagônicos, da organização social, política e econômica. Numa visão mais ortodoxa dentro dos pressupostos marxistas, estas são

Então está persistência do campesinato é resultante do longo processo histórico de formação de uma identidade de classe que, parece-nos ser a classe social com mais longo processo histórico de formação dentre a humanidade.

² - Entendemos *consciência de classe* a condição que “um grupo ‘toma conhecimento’ do que o caracteriza e do que o opõe aos outros (GURVITCH e COURTIN, 1969), isto é, “o fazer-se da classe” (ALMEIDA, 2003). Ainda como um processo de embate e amadurecimento como na explicação de **Polanyi** (2000, p.210) “[...] quer a classe trabalhadora ganhasse ou perdesse, sua experiência se fortalecia e seus objetivos se elevavam a um nível político. É isto o que significa adquirir uma consciência de classe”.

construções que se expressam por concreticidade materialmente concebida³. Para **Bourdieu** (2001), sendo historicamente concebida e compreendida em suas dimensões concretas (porém não necessariamente concebidas materialmente), as classes sociais se inserem como parte de *campos de possibilidade* que nutrem a produção do espaço social na sua contradição e conformação⁴. Aqui não vemos estes aportes como posições excludentes; então consideremos ambos como possibilidades concretas para nossa apreensão do sujeito social da pesquisa, vendo-os sob suas relações sociais, mas não negando as de caráter espacial e cultural.

Contudo, como conceito analítico, uma classe social, na realidade, não expressa uma homogeneidade e tampouco está livre de contradições e conflitos internos. Nas especificações das diversas classes referidas por Marx e Lênin (p.e, o campesinato, rico, médio pobre, ou ainda servil) vemos que estes analisam a classe enfocando as suas divisões internas; daí, a possibilidade de apreensão desta heterogeneidade que se manifesta numa *classe em si*, mas que se apresenta também na luta quando aflora a condição da *classe para si*. Esta é a realidade da luta dos seringueiros amazônicos-acreanos, também viveram conflitos com assentados⁵ pelo INCRA, pós 1970. Então, ao conceber o campesinato como uma classe social, podemos falar de *categorias sociais* camponeses que se especificam a partir de sua identidade no âmbito de sua reprodução socioespacial na Amazônia. Isso não invalida a questão da luta de classes, no âmbito da compreensão da realidade amazônica, mas abre a possibilidade para apreendermos também outros níveis de conflitos e lutas que se processam até internamente a uma classe social (em que nos interessa a realidade do campesinato amazônico-acreano).

Ademais, o conceito de classe passa por uma visão amplamente dominante das práticas de domínios sociais sobre um espaço. Entretanto, conforme **Bourdieu** (2001, p.136), se ficassemos nisso, parariamos numa visão teórica do “realismo inteligível”, isto é, a realidade apenas criada intelectualmente da expressão material socioespacial captada. Nesse sentido, reafirma que as classes sociais seriam uma probabilidade⁶. Então, o conceito de

³ - “Aqui se enfoca a classe social como uma unidade e interesses, expressadas em subculturas de grupos, consciência de grupo e ação de grupo, configurada a sua vez pelas relações de conflitos de classe. A sociedade está estruturada pelo domínio de classe e o funcionamento da dialética do conflito e a unidade entre as classes” (SHANIN, 1979, p.226).

⁴ - Conforme **Bourdieu** (2001, p 136), “Classe [...], quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocamos em condições semelhantes sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo práticas e tomadas de posição semelhantes”.

⁵ - Vimos, conforme a antropóloga Heloísa Winter do Nascimento, da Universidade Federal do Acre, que esses seriam conflitos de identidades (In: SILVA, 1999).

⁶ - Nesta perspectiva, também **Castoriadis** (1982, p.42) entende que as classes são somente instrumentos em que se “encarna as forças produtivas”. Se forem atores, estes apenas falam e executam o que lhes são previamente determinados, e onde “representando bem ou mal, não conseguem impedir que a tragédia se encaminhe em

“espaço social” contemplaria a diversidade e as desigualdades que não são apenas econômicas quantificáveis (economicistas) e sim parte de constructos sociais e culturais, que se manifestam por via de um mundo de construções do simbolismo que permeia a reprodução social. Aí enquanto possibilidade a classe social se realiza. Vemos esses aspectos, as proposições marxistas calcadas na expressão da materialidade das forças produtivas nem sempre explicitam; todavia reduzir o sentido da classe ao de *espaço social* (levantado por Bourdieu) é reducionismo exacerbado, pois há concretamente um processo histórico que a constitui em que a dinâmica das classes (a luta) é o motor das transformações. É claro que aí há expressões subjetivas que fortalecem o sentido dos antagonismos presente a luta; daí, podemos compreender a importância que atribuímos à contribuição da reflexão de aspectos subjetivos levantados por **Bourdieu** (id. *ibid.*). Estamos certos, que tendo as considerações antes referidas, tais apontamentos, nos ajudam a pensar que na concreticidade da classe (dinâmica das forças produtivas) nem tudo se expressa por materialidade⁷, mas também por possibilidades que se inscrevem no universo simbólico e imaginário instituído da sociedade.

As concepções defendidas enraízam-se então numa visão de processos de espacialidades de relações que são engendrados em espaços sociais não apenas em dimensões concretas da materialidade econômica (historicamente produzidas). Estas também são instituídas a partir do imaginário, do simbólico de que nutre às dinâmicas sociais. Nisso veremos que numa visão da formação socioespacial, tal apreensão extrapola os pressupostos exclusivamente materialistas, mas também não ficam em um puro subjetivismo sociocultural.

4.2 O camponês na realidade amazônica-acreana.

Na questão do campesinato nos referimos a relações de conflitos carregadas de interesses antagônicos que se confrontam na realidade do espaço produzido. Aí residem as dimensões geográficas nas quais as lutas de classes são localizadas não apenas do ponto de vista sociológico, mas também socioespacial e territorial.

Não se trata, portanto, o campesinato, de “reliquias” históricas feudais ou pré-capitalistas, mas sim de um segmento social que traz características de arranjos humanos e sociais específicos. Então varia no tempo e no espaço, mas se reproduziu e se reproduz sob

direção a seu fim inexorável”. Se admitíssemos isso, teríamos que aceitar a não existência da classe, vendo-a como uma construção puramente intelectual. Ora, se paramos diante da construção histórica de forças antagônicas que produzem o espaço social, temos de admitir que a diversidade social é derivada delas e nelas refletindo suas diferenças. Nisso, o caminho da história da humanidade só não é predeterminado porque há choque de interesses, há lutas, há forças que se constroem e se confrontam. Portanto, são as lutas de classes que mudam certas direções, ou seja, o “seu fim inexorável”, como referiu o autor.

todos os modos de produção já existentes⁸. Na situação em que tratamos de camponeses amazônicos, esse é inicialmente recriação do próprio capitalismo na sua reprodução ampliada e contraditória (OLIVEIRA, 1990). Nesse sentido, pode-se entender o caráter questionável, sob o ponto de vista conceitual, de tratarmos o campesinato amazônico-acreano como “classe pura do capitalismo⁹”. Ao tratar desta questão sob o ponto de vista conceitual, **Shanin** (1979, p. 228) alerta que a fragmentação do campesinato em pequenos grupos locais e grandes variedades de objetivos minam consideravelmente seus efeitos políticos potenciais. Isso, então, não deixaria claro onde poderíamos considerá-los como uma classe dotada de consciência de classe própria. E completa, “deveríamos vê-lo melhor como uma questão de grau e período histórico. Se postularmos uma escala ou um imaginário contínuo, poderíamos dizer que o campesinato apareceria como uma entidade social de ‘caráter de classe’ relativamente baixo, que se levanta nas situações de crises”. Isso significa dizer que sua condição de *classe* se manifesta diante de certas situações específicas; é uma *possibilidade* que se mostra quando ocorre a passagem da condição da realidade subjetiva – classe em si – para a objetiva – a classe para si, como mudanças qualificantes na realidade social vivida. Então a cognoscibilidade se revela em materialidade, do que antes, era apenas concreto e imaterialmente concebível e apreensível¹⁰, isto é, da posição de classe¹¹.

Nestes aspectos os seringueiros e colonos amazônicos-acreanos se colocam com ações distintas que ora os distanciam (p.e., na diversidade de identidades socioculturais, nas práticas de trabalhos etc.), ora os aproximam (p.e., nas lutas para criarem alternativas produtivas, nas relações de sobrevivências, nas tradições familiares e comunitárias). Na verdade, sob as perspectivas de análise de **Bourdieu** (1996; 2001), o que se vê, na primeira situação, são manifestações do *habitus específico* (que se apresenta como diversidade da identidade camponesa, p.e., em ser colonos ou ser seringueiro) e, na segunda, do *habitus de classe* (tomam consciência do que são na sociedade independente de serem seringueiros ou colonos assentados e se vêem como camponeses, isto é, como sujeitos que compartilham um

⁷ - Pois, a nosso ver, a “possibilidade” é uma qualidade histórica que se coloca no campo social a partir da condição desta de *ser*, mas na perspectiva do *vir-a-ser*.

⁸ - **Redfield** *apud* **Shanin** (1979, p. 215) refere-se que “la sociedad y la cultura campesinas tienen algo genérico. Son tipos de arreglo de la humanidad con algunas semejanzas em todo el mundo”.

⁹ - Conforme **Almeida** (2003, p. 81), “o âmago da especificidade camponesa reside no fato de os camponeses não constituírem uma classe ‘pura’ do modo capitalista de produção, já que são ao mesmo tempo proprietários de terra e trabalhadores, acrescido ao fato de que a organização do campesinato se funda numa relação não-capitalista”.

¹⁰ - O que se inscreveria no universo do espaço representacional do vivido, sob a ótica lefebriana.

¹¹ - uma posição de classe é basicamente uma inter-relação social, uma inter-relação de conflitos com outras classes e grupos. Fora destas inter-relações, uma classe deixa de existir. (SHANIN, 1979, p. 228 – tradução livre).

mesmo “destino social”, no âmbito da sociedade)¹². Porém, no sentido de aproximar, cabe destacar que diante de ameaças de forças expropriatórias externas, conscientes das diferenças internas ao campesinato, historicamente, tem se comportado como coletividade que posicionam politicamente contra força opressora; é sob essas condições que firmam o caráter de sua posição de classe. Então, no âmbito da reprodução camponesa, confirma-se uma visão ambígua provinda de sua posição na sociedade¹³, isto é, de ser “por um lado, uma classe [...] e, por outro lado, ‘um mundo diferente, uma ‘sociedade em si mesma’ muito auto-suficiente que ostenta os elementos de um padrão de relações sociais separadas, claras e fechadas” (SHANIN, 1979, p. 228 - tradução livre).

Nisso consuma-se elementos que extrapolam as dimensões puramente econômicas, tornando as bases das análises de teorias críticas insuficientes à apreensão das condições reais de sua reprodução e de seu local no contexto geral de uma sociedade de mercado como a nossa. O campesinato, também na Amazônia-acreana, se por um lado não são capitalistas, mas detém o *domínio*¹⁴ da terra como meio de produção vital, por outro, não são proletários, mas sofrem a opressão e exploração das classes dominantes. Isso os coloca estruturalmente na sociedade como sujeitos sociais que, do ponto de vista produtivo, tem seu lugar indefinido. Seus espaços são ambientes vivenciais, nutridos por concepções de valores que se formaram ao longo dos mais de cem anos de convívio com a realidade florestal amazônica.

Todavia, vê-los como *classe*, mas sob as diversidades que se apresentam, é reforçar suas condições como principal força-de-trabalho produtora do espaço geográfico a Amazônia-acreana. Com isso, podemos então apreender a questão do *camponês florestal* – o seringueiro, que se forma sob um processo histórico de expansão de fronteira econômica

¹² - Para fins de uma compreensão melhor, Almeida (2003, p.200/4) explica que o *habitus* é um produto dos condicionantes que tendem a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos, mas introduzindo neles uma transformação. Então representa o indivíduo e o ser social; portanto é a incorporação da mesma história partilhada pelo grupo e também daquilo que permite reconhecer o indivíduo entre todos os outros. Vemos nisso o sentido de ser do *habitus*, em si, específico ou de classe.

¹³ - A ambigüidade referida, vemo-la no sentido de apreensão do percebido no espaço social produzido, como diferente e mais amplo de que a visão dualista da complexidade tratada. Nesse sentido empregamos o termo conforme definido por Chauí (1985, p. 123): “ambigüidade é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, percepção e cultura sendo, elas também, ambíguas, constituídas não de elementos ou partes separáveis, mas de dimensões simultâneas”.

¹⁴ - Na realidade da qual tratamos, o termo *domínio* é mais aplicável na especificação da relação que o campesinato tem com a terra, de que o termo *propriedade fundiária*. Isto, p.e, porque os seringueiros são detentores do domínio da *terra de trabalho* como posseiros (aqui vemos como *domínio legítimo* dado pelo tempo e pelas condições que ocupa a terra), porém como posseiro; mas a propriedade é do seringueiro, fazendeiro, ou mesmo do Estado (aqui vemos o domínio legal, pautado juridicamente na legislação agrária do país). Já nas áreas de colonização este domínio significa propriedade documentada (títulos ou contrato de compra e venda, em que já se estabelece o domínio legal, acessado pelos camponeses).

brasileira, ao longo dos séculos XIX e XX. Isso, para o seringueiro, se dá no âmbito integral do processo produtivo que o envolve, numa relação inicial com a sede do seringal e com a maior complexidade da sociedade que se forma. Daí esse sujeito social que se principia numa identidade projetada da floresta, é visto também numa relação que enraíza a formação das cidades, povoados e áreas de agricultáveis que vão se consolidando no plano espaço/temporal.

Assim, resgatando ainda as três classes essenciais apontadas na análise marxista, e o campesinato, podemos visualizar as raízes em que se formou a sociedade acreana (Quadro 4):

Quadro 4:
Raízes da formação e estrutura de classe na Amazônia-acreana

Classes	Proprietário	Capitalista	Proletário (Assalariado)	Campesinato
Nível de análise				
Desdobramento na Amazônia-acreana.	Seringalista	Seringalistas e aviadores (comerciantes)	Trabalhadores em serviços acessórios nos seringais, nas vilas e povoados.	Seringueiro
Domínio exercido na divisão do trabalho e da produção.	Do território produtivo como <i>terra de negócio</i> – do capital.	Do capital fixo e circulante (de giro)	Da mão-de-obra produtiva	Do território produtivo como <i>terra de trabalho</i> na floresta – da força-de-trabalho familiar
Localização na divisão da produção e do trabalho	Na detenção dos meios de produção: Seringalistas: propriedade fundiária privada – o seringal.	No barracão e nas principais cidades e povoados (vinculados a instâncias externas)	Na sede dos seringais (o barracão) e vilas e povoados regionais – proletários	Na detenção dos meios de produção: Seringueiro: posseiro produtor de mercadoria – a colocação

Fonte: Elaborado por Silvio Simione da Silva, 2003.

Na verdade, esta estratificação marxista de classes, quando aplicada na realidade brasileira, geralmente o capitalista personifica também o proprietário de terra, sendo que isso significa ser detentor da capacidade de obtenção da renda fundiária e da exploração da mais-valia simultaneamente. Porém, o que queremos chamar atenção aqui (Quadro 4), é que as categorias de proprietário e campesinato nos dão as dimensões da propriedade legal e da posse da terra na região amazônica-acreana. A *posse* deve ser vista no sentido do *domínio legítimo* que o seringueiro exercia sobre seu território de produção da borracha – na *colocação* (não tendo sido instituída juridicamente). Território esse que se torna também *locus* da produção de vida camponesa como posseiro – lugar de um modo de vida específico, isto é,

território vivencial camponês na floresta. Então vemos a *colocação* como princípio do domínio social de uma classe camponesa que fixa seu *território de vivência* sob base da *terra de trabalho*, que inicialmente fora submetida à territorialização consumada pela *terra de negócio do seringal* (MARTINS, 1991). Daí, ser pertinente a definição de propriedade da terra nas condições contraditórias que podem assumir, seja para o proprietário legal (que vive da exploração e obtenção da renda da terra) ou para o posseiro/camponês (que vive da auto-exploração do trabalho familiar)¹⁵.

Conforme **Shanin** (1979), o proprietário da terra camponesa poderia ser o próprio camponês, mas também a comunidade, o latifundiário ou o estado. Assim, independe do detentor da propriedade legal para que se estabeleça, de fato, um campesinato (REDFIELD *apud* SHANIN, 1979). Isso justifica, na realidade amazônica-acreana, o que propomos ao tratar a “terra camponesa” não como “propriedade fundiária” (que é uma forma de domínio instituído pela base jurídica que ostenta), mas como *domínio exercido sobre ela, isto é, na posse da terra do seringal*. Isso está na raiz da realidade da questão fundiária camponesa que se projeta dos seringais, para o sentido da luta pela terra. Então, nessas condições, os seringais, as colocações e, atualmente, as reservas extrativistas e projetos de assentamentos, são territórios potenciais para a afirmação do campesinato florestal regional. Negar a condição de *domínio legítimo* ao camponês florestal, enquanto posseiro, é negar sua existência e o sentido de sua luta que nem sempre se pauta pela propriedade privada da terra (na luta pelas RESEX vemos isto ser reconhecido).

São nessas condições que afirmamos que, sob a estrutura do seringal, mesmo submetidos a relações de trabalhos compulsórios e escravidão por dívida, o migrante nordestino trabalhador foi reproduzido e se reproduziu sob laços camponeses como legados de sua condição histórica e social trazidas do Nordeste (o *habitus* “*sertanejo*”). Esses laços seriam recriados posteriormente, à medida em que ocorriam as crises na economia extrativista e o afrouxamento das relações que os prendiam exclusivamente no trabalho extrativo. Nesses momentos, isso significou o princípio de uma pequena prática de agricultura, sendo que a renda familiar, na maioria dos casos, era mantida ainda sob bases das atividades extrativistas da borracha e da castanha. Renascia-se nessas situações, sob práticas agrícolas e extrativistas

¹⁵ A respeito disso, explica **Shanin** (1979, p. 216-217): Definiremos a propriedade da terra como um direito exclusivo, socialmente constituído, de possuir e utilizar a terra da qual se trata; um direito separado dos direitos adquirido pela inversão de mão-de-obra e capital. Este direito encontra expressão na faculdade de proprietário de transferi-la, pelo menos temporariamente. [...]. Nas famílias camponesas a terra aparece como o objeto de posse tradicionalmente definidas e estáveis, e não constitui necessariamente o objeto da propriedade legal (tradução livre do autor).

(agroextrativas propriamente), os fortes laços do trabalho familiar nordestino, tanto na floresta como em pequenas colônias que iam surgindo, nas proximidades de vilas e povoados. Era, na verdade, a recriação camponesa que começava a se especificar perante as diversidades de condições da reprodução socioespacial do sujeitos envolvidos.

4.3 Classe camponesa: complexidade de um conceito

Na Amazônia-acreana, podemos então tratar do campesinato como uma classe social? Pelo que vimos demonstrando, entendemos que sim. Todavia, temos de considerar a diversidade social, uma vez que esta denota o próprio domínio sobre o território produtivo (áreas florestais e de assentamentos), sob condições e finalidades de uso diferentes pelos grupos sociais que também são detentores da terra. Este camponês aqui também carrega então a duplicidade da condição de ser detentor de um domínio sobre o território de trabalho e sobre seus meios de produção – como proprietário ou posseiro, e da força-de-trabalho – como trabalhador da *floresta* ou do *campo*.

Dentre o processo de formação deste campesinato na Amazônia-acreana, com já referimos, sobressaem-se primeiramente os seringueiros. Sua condição como tal se manifesta nos momentos de crise econômica da borracha quando deixam de ser exclusivamente mãos-de-obra para a “empresa capitalista produtora de borracha”, e transformam-se “em camponeses florestais” (GONÇALVES, 1998, p. 13). O seu domínio se circunscreve no âmbito de relações espaciais sobre terra (*floresta*) como processos produtivos específicos, mas se define sob a lógica das diferenças entre outros agentes sociais que nessa formação socioespacial reproduz-se em modos diversos. Nisso residem situações que os diferenciam não só como produtos das relações reprodutoras da sociedade na objetividade produzida, mas também na subjetividade que está presente no cotidiano social da (re) produção do espaço.

No âmbito geral, os detentores do domínio sobre a terra aqui também se defrontam em situações de conflitos quando o que está em questão são finalidades para com o uso que se faz deste espaço territorial na floresta. Por um lado, no âmbito do próprio campesinato, apesar de também divergirem no manejo de suas áreas, seringueiros e colonos voltam-se para o uso da terra como meio de produção de sua auto-sustentação familiar e o excedente para mercado. Por outro lado, os seringalistas e fazendeiros representam o capital fundiário como proprietários de grandes extensões, atuando numa economia de larga escala, quer seja no setor produtivo (agropecuária, extrativismo madeireiro, etc), quer seja na

especulação fundiária (uso da terra como reserva de valor), a visão que se tem é da terra como capital.

A diferença essencial é que, se aos camponeses o espaço agrário de sua terra é local de moradia, espaço e território de vivência, para os capitalistas proprietários de terra (seringalista e fazendeiro), são locais de investimentos financeiros, já que seus locais de moradia ficam na cidade. Há mediações que, todavia, se dão pelo domínio da terra (camponês e do proprietário capitalista), pela expansão de modos de uso privado (propriedade privada, p.e.) ou coletivo (as RESEXs, p.e), mas também por relações de trabalho (em que se submete o camponeses) ou ainda pela circulação de mercadorias produzidas (em que a produção camponesa “vai” ao comércio).

Na realidade, vemos que nisso se configuram os laços mais fortes das lutas sociais que serão travadas no âmbito externo do campesinato, pois numa sociedade norteadas por conflitos, certamente os choques que demonstram essas lutas são de projetos sociais, políticos e econômicos, ou melhor, projetos de vida¹⁶. A lógica capitalista dominante não tem sido compatível com valores de liberdade, autonomia produtiva e autodeterminação que se reconstroem no projeto camponês, tanto em meio aos trabalhadores locais como aos migrantes no âmbito da frente pioneira agropecuária.

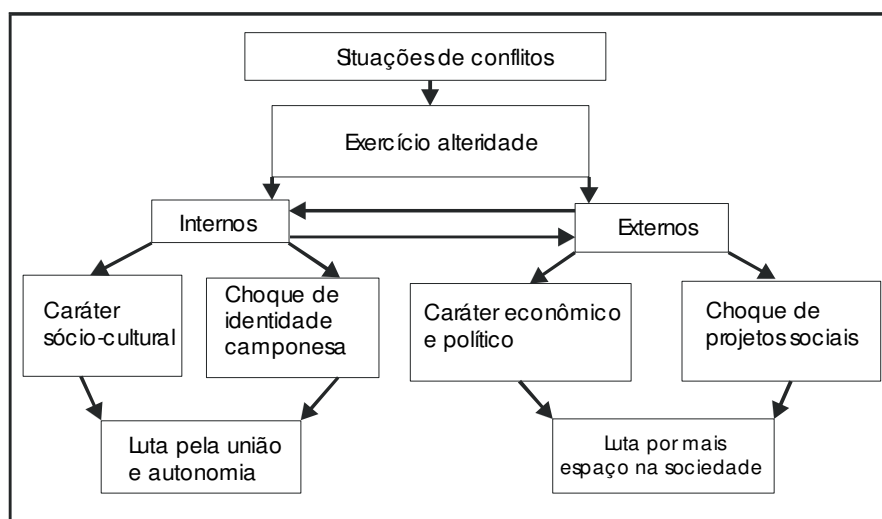
Do ponto de vista interno ao campesinato amazônico-acreano, vimos que a realidade tem se processado também por intensas lutas intraclasses (Gráfico 1). A auto-identificação parcial deste campesinato reflete que existe uma diversidade interna que é produto da localização espacial e temporal em que foram geradas tais identidades¹⁷ camponesas: *dos seringueiros* – migrantes nordestinos que habitaram a florestas sob avanços e recuos do capital mercantil industrial desde o final do século XIX, tornando-se camponeses amazônicos sob práticas agroextrativistas; e *dos colonos*, especialmente de migrantes centro-sulistas que chegaram no contexto recente do avanço da fronteira brasileira na Amazônia, como trabalhadores em atividades agropecuárias. São faces diferentes do campesinato brasileiro que agora se encontram em solos da Amazônia-acreana, sendo que seus conflitos

¹⁶ - Referimo-nos a “projeto”, aqui, como uma dimensão mais racional, planejada de propósitos que atuam no *campo das possibilidades* concretas de cada classe social, norteadas por seus valores socioculturais, poder econômico e político, posição social e suas pretensões premeditadas. “É uma práxis determinada, considerada em suas ligações com o real, na definição concretizada de seus objetivos, na especificação de suas mediações” (CASTORIADIS, 1995, p. 97). Então, o “projeto de vida” não é uma abstração racional do indivíduo, mas um vasto campo de possibilidades que se processa no âmbito da realidade em que se vive e de sua condição como sujeito social ativo no âmbito dos conflitos vividos. Nisto chega-se à dimensão do coletivo e pode-se então falar de um projeto que responda a suas lutas diárias localizadas na reprodução socioespacial da sociedade que os inserem em seu cotidiano (numa visão mais antropológica cf. VELHO, 1999, p.104).

¹⁷ - No âmbito geral, estamos tratando de *identidade* como definiu Castells (1999, p. 23), sendo a “fonte de significado e experiência de um povo”, que numa relação social o diferencia de outros no que lhe é próprio.

são: de identidades, de choques socioculturais etc. Todavia, as lutas e a resistência conjunta nos mostram processos em que se busca a recriação de uma nova “fisionomia social” para este campesinato, nesta região, em meio a suas diversidades e seus exercícios de alteridades.

Gráfico¹⁸ 1:
Campesinato amazônico-acreano: divisões e luta de classe



Fonte: Elaborado pelo autor, 2003.

Neste contexto, o embate das lutas dos seringueiros nas décadas de 1970/80 foram momentos em que esses já agiram a partir do despertar da consciência de classe. Há, a partir de então, um processo que se funda numa construção de identidade social dos trabalhadores da floresta e dos trabalhadores nas lavouras em tempos mais recentes, via suas organizações comunitárias e coletivas¹⁹. É na abrangência das lutas e das organizações sociais que este campesinato tem de ser definido no âmbito de suas ações de resistências como parte das lutas sociais na sociedade, sobretudo do universo representativo dos trabalhadores em gerais; daí Chico Mendes (seringueiro assassinado em 1988, com repercussão internacional)

¹⁸ - Conforme manuais de organização do trabalho científicos consultados, os organogramas são tipos específicos de gráficos. Daí, optamos por assim denominá-los.

¹⁹ - Nesta perspectiva de compreensão, considerando a explicação de Castells (1999, p. 24), vemos ser importante entender que na luta por mais espaço na sociedade, a “construção social da identidade ocorre em um contexto marcado por relações de poder”. Daí propõe o referido autor (Id. Ibid) três formas e origens de construção de identidades: *identidade legitimadora* – referindo-se àquela que é introduzida por instituições dominantes da sociedade no sentido de expandir e racionalizar sua dominação sobre a sociedade; *identidade de resistência* – criada por sujeitos sociais, que no âmbito da sociedade estão em condições desvalorizadas, marginalizadas pelo processo de dominação, “construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com em princípios diferentes dos que permeiam as intuições da sociedade”; *identidade de projetos* – situação que ocorre quando sujeitos sociais “utilizando de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social”. Considerando o universo da pesquisa, entendemos que estas duas últimas proposições são deveras importantes para nossa reflexão no trabalho.

ser o símbolo da luta do trabalhador amazônico-acreano (seja do campo, da floresta ou até da cidade).

Por fim, no âmbito geral, não trataremos de imediato das especificidades sociais entre os seringueiros (cativos, libertos e/ou autônomos) quanto às condições de autonomia ou liberdade, como fez **Gonçalves** (1998, p.31), embora concordamos que elas existam. Estas especificidades diferenciam-se ou homogeneizam-se substancialmente numa análise regressiva ou progressiva (visão temporal), ou ainda quando nos aproximamos das áreas mais politicamente articuladas da bacia do Acre e Purus (visão espacial). Todavia, estas condições de autonomia e liberdade do trabalhador são projetos de vida que ainda estão em construção, variando conforme as conquistas já efetuadas de cada grupo social.

Concluindo, vimos que o campesinato amazônico-acreano se apresenta, nas décadas finais do século XX e início do século XXI, de forma muito heterogênea em sua composição. Todavia, a partir da intrínseca relação com sua produção social, econômica e na formulação de sua relação com a terra, há uma identidade de classe camponesa – trabalhadora agrária, que se forja. Desta, pelo menos dois grupos sociais se definem de forma proeminente: os *camponeses florestais* e os *camponeses da lavoura*. Ambos com raízes no princípio da ocupação regional, ainda sob a frente pioneira extrativista da borracha, sendo que o segundo veio a fortalecer-se mais intensamente com a frente pioneira agropecuária após 1970. Cabe ressaltar ainda que, no âmbito interno, cada uma das categorias camponesas é bastante heterogênea (o que demonstraremos nas partes seguintes do trabalho).

São nessas “categorias sociais” do campesinato que se localizam os sujeitos sociais que produzem a realidade que estamos estudando. O aprofundamento dessas questões torna-se necessário para compreendermos os sentidos dos movimentos sociais e das lutas de resistência que produziram e reproduziram a realidade do *campo*, da *floresta* e da *cidade* na Amazônia-acreana.

U'